

ATA DA IIª ASSEMBLÉIA DAS COMISSÕES DO REGIONAL CENTRO-OESTE DO MOVIMENTO ALTERNATIVAS COMUNITÁRIAS DE ATENDIMENTO A MENINOS E MENINAS DE RUA

Às 9:30 hs. do dia dez de Maio de mil novecentos e oitenta e seis, no Centro Juvenil Lauro Vicuña, das Filhas de Maria Auxiliadora, em Campo Grande - MS, demos início à IIª Assembléia Regional do "Movimento Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua", região Centro-Oeste. Estavam presentes: Ir. Neyde, membro da Comissão Nacional, Lídia, Sueli, Eriovaldo, Pe. Carlos, Aldaísa, Luiz Mauro, Benedito, Eulange, Wanderlei, Ir. Maria Ignez, Sandra e Edson, representantes das Comissões de Campo Grande, Goiânia e Cuiabá. A Coordenação do 1º dia ficou por conta de Benedito Rodrigues dos Santos, e do 2º dia a cargo de Sandra Coenga. A secretaria foi da responsabilidade de Carlos Rey.

Após uma introdução e reflexão inicial procedeu-se à aprovação da pauta que contemplava os seguintes assuntos: apresentação das pessoas; apresentação e perfil das Comissões Locais; avaliação do Movimento a nível nacional e dimensões políticas do mesmo; legalização e nome do Movimento; linhas prioritárias de ação e organização a nível local, regional e nacional; eleição dos delegados e suplentes para a Comissão Nacional. No fim do primeiro dia de trabalho, a pauta foi refeita, ficando a legalização do Movimento para o final e acrescentando os assuntos: pauta do Encontro de Meninos e Meninas em Brasília e criação da Comissão Regional com escolha dos representantes.

Feita a APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES e das COMISSÕES LOCAIS de Campo Grande, Goiânia e Cuiabá, passou-se a AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO a nível nacional, regional e local. Foram salientados os seguintes itens:

A/ A NÍVEL NACIONAL:

- No total o Movimento é formado por umas 70 Comissões Locais, sendo que outras 30 deverão ser criadas.
- Há dificuldades decorrentes da procura de identidade do Movimento que não está suficientemente definido ainda.
- Há uma situação eclética: participação de Movimentos Populares e Instituições, sem critérios claros, ainda.
- O Movimento é ainda muito "Projeto Meninos de Rua", mas está tentando cortar o cordão umbilical.
- Dependência econômica do UNICEF. O Cesar foi até agora um elemento chave. Se não fosse o Cesar, como seria?
- Muita preocupação da Comissão Nacional em realizar tarefas concretas. Faltou reflexão suficiente para encontrar uma Identidade e uma Definição Política clara.
- O Movimento procura sua autonomia, mas a dependência econômica pode limitar esta autonomia.

B/ A NÍVEL REGIONAL:

- Muita ligação com a Igreja Católica: em Cuiabá e Campo Grande Comissão e Pastoral do Menor se confundem.
- Dificuldades de trabalhar com as Instituições.
- Existe um bom espírito comunitário entre os membros de cada Comissão.
- A maioria dos membros são voluntários, e muito dedicados.
- As Comissões estão fazendo um bom trabalho de conscientização, mesmo que ainda numa fase inicial.



- Não houve ainda uma caminhada como Regional, mas há boas perspectivas.
- Falta de tempo da maioria das pessoas que compõem as Comissões.
- Dificuldades de comunicação e distâncias muito grandes.

C/ A NÍVEL LOCAL:

- Campo Grande - (MS)

- Participação muito restrita. Pessoas só da Pastoral do Menor. Quais são os entraves?
- Falta suficiente abertura aos outros grupos.
- Comissão muito presa. A coordenação não abre espaço suficiente, para pessoas e grupos.
- Material humano muito bom.
- Limites pessoais dos membros.
- Falta de tempo das pessoas.

- Cuiabá - (MT)

- Está caminhando e atingindo os objetivos que se propôs.
- Há na Comissão linhas de pensamento diferentes. Isto é enriquecedor, mesmo quando não é fácil de superar.
- O fato de ser Pastoral do Menor limita a participação de outras pessoas.
- Muita preocupação com a conscientização e mobilização das comunidades católicas e outros grupos.
- Está procurando o Ecumenismo.
- Sente que precisa aumentar os esforços para formar uma Comissão mais abrangente.
- A morte do Juiz de Menores de Cuiabá, Dr. Humberto foi um entrave. Até hoje, quase um ano depois, não foi nomeado o substituto.
- Muita liberdade e espírito comunitário: todos representam o grupo sem depender da licença do Coordenador.
- Ninguém da Comissão é pago ou liberado para o trabalho; todos são voluntários. Isto é um entrave; de outro lado, une mais as pessoas, facilita o sentido de comunidade e evita as diferenças hierárquicas.
- Dificuldade de entrosamento com as Instituições que trabalham com o menor; a Comissão já tentou várias maneiras de contato, mas não se conseguiu a articulação.
- Não há ainda uma identidade clara do grupo como Pastoral do Menor. Está no início de um processo.
- Foram dados alguns passos importantes no envolvimento de comunidades paroquiais e do Bispo do lugar.

- Goiânia:

- A Comissão atual tem apenas quatro meses. Apenas um membro do primeiro grupo continua hoje. Os outros são todos novos.
- Procurou a integração sobre tudo com a Pastoral do Menor e grupos espíritas.
- A integração maior se deu a partir da preparação do Encontro Nacional de Meninos e Meninas em Brasília.
- Os meninos ainda não participam da reunião da Comissão. Precisa descobrir canais de participação dos mesmos.
- Com a chegada do Bené houve uma maior participação e órgãos públicos passaram a conhecer mais a Comissão Local, gerando até mesmo debates e recebendo apoio.
- Há um entrave com o grupo espírita devido a seu caráter apolítico.
- A Pastoral do Menor caminhou muito mais a partir da sua abertura a outros grupos religiosos e ao Movimento.
- Várias pessoas estão liberadas para o trabalho mas há insegurança enquanto ao futuro. Como fazer se mudar a situação?



- Não houve ainda grandes dificuldades. A Comissão surgiu num momento muito bom por causa do Encontro de Menores em Brasília, que está motivando muito.

- Num primeiro momento a Comissão está tentando articular as experiências alternativas, para depois tentar atingir outras Instituições mais fechadas, mesmo aproveitando já agora as pessoas mais abertas das mesmas.

A seguir falou-se da Definição política do Movimento, destacando-se que:

- Um objetivo fundamental do Movimento é a organização dos meninos e a formação da consciência de classe.

- O Movimento precisa criar e desenvolver um marco teórico, uma filosofia de ação.

- O Movimento precisa elaborar, com o auxílio das ciências, uma pedagogia específica de trabalho com o menor marginalizado.

- É objetivo do Movimento que o menor, não só supere sua situação econômica, mas sobre tudo a situação de dominado, e seja agente de transformação.

- O Movimento precisa usar mais os MCS para sensibilizar e mobilizar a sociedade.

- O Movimento precisa integrar a teoria e a prática, num processo de Ação-Reflexão-Ação, aprofundando a sua filosofia e melhorando sua prática.

- O Movimento faz uma opção de classe: em favor, e junto às classes oprimidas.

- O Movimento incentiva outras organizações: Sindicatos, Associações... a fazer um trabalho na sua área em favor do menor, a fim de aumentar o número de pessoas comprometidas com a causa e liberar forças que atinjam outras frentes não atendidas.

- O Movimento não é apenas com "Meninos e Meninas de Rua", mas com "Menores marginalizados", em geral.

- O Movimento opta por uma ação pedagógica transformadora, onde o educador interfere na organização social a partir de uma visão alternativa de sociedade.

- O Movimento procura a inserção do menor no mercado de trabalho a fim de responder às suas necessidades de sobrevivência, mas valorizando sempre a sua formação crítica em vista a uma ação transformadora.

- O Movimento procura oferecer ao menor um projeto de vida, uma perspectiva de futuro, e não apenas um trabalho que favoreça o sub-emprego ou a exploração.

- O Movimento procura recuperar o direito das comunidades a educar e cuidar das suas crianças, evitando o protecionismo do Estado e exigindo dele os meios necessários para tal fim.

- É papel do Movimento exigir o direito de participar na elaboração de políticas da saúde, educação, habitação... que favoreçam o pleno desenvolvimento dos meninos e das populações carentes.

- O Movimento quer participar das decisões políticas das Instituições do Governo que atuam direta ou indiretamente junto ao menor.

- O Movimento é formado por pessoas diretamente ligadas ao menor e mantém independência de todos os grupos religiosos ou instituições nacionais ou internacionais.

- O Movimento visa a mobilização, articulação, discussão e encaminhamento de propostas a nível local, regional e nacional.

- O Movimento colabora com pessoas, grupos ou iniciativas, por exemplo, a Campanha da Fraternidade-1987 que tem como tema o menor, que visam a promoção do menor e são afins à filosofia do Movimento.



- É importante não confundir o Movimento com outros grupos das Igrejas ou das Instituições.

Em continuidade tentou-se definir as LINHAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO DO MOVIMENTO. Sentiu-se a necessidade de:

A/ A NÍVEL REGIONAL:

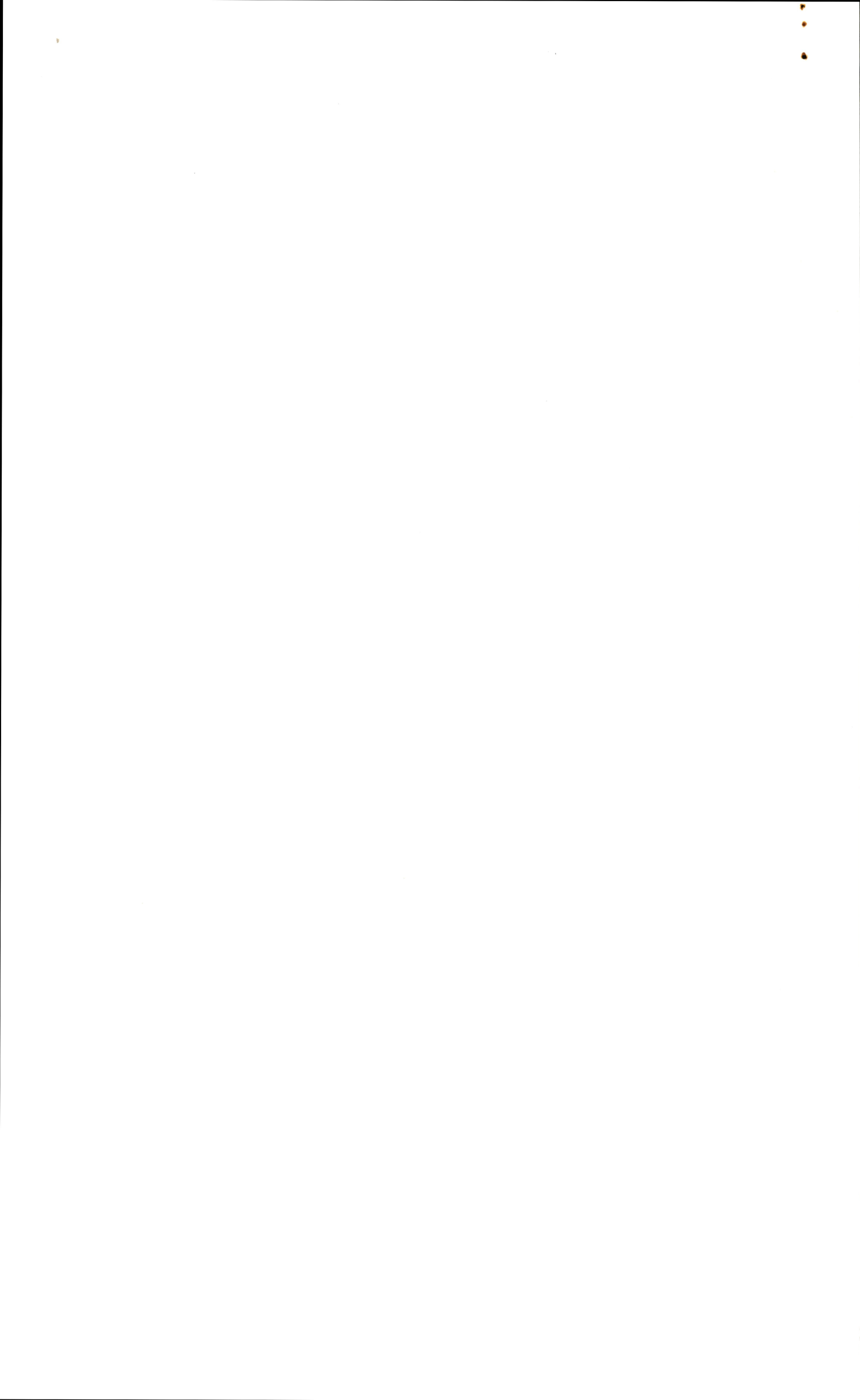
- Melhorar a comunicação e articulação.
- Propor, como Regional, às Comissões Locais, maneiras de criar Comissões em outras cidades.
- Programar e realizar, ao menos um encontro anual das Comissões a nível Regional.
- Promover seminários sobre organização e estudo da metodologia a nível local, regional e nacional.
- Formar uma Coordenação Regional, com um membro de cada Estado e os dois representantes do Regional no Nacional, com reunião semestral.

B/ A NÍVEL NACIONAL:

- Descobrir formas de interferência do Movimento na Constituição, em favor dos meninos. Que após o Encontro Nacional de Meninos, o documento resultante seja divulgado e encaminhado aos membros da Assembléia Constituinte.
- Definir os modos de influência nos organismos governamentais, a fim de facilitar a democratização das verbas em favor das comunidades e movimentos populares.
- Estudar o modo de os meninos participarem na eleição dos responsáveis dos organismos.
- Participação dos membros das Comissões Regionais e Comissão Nacional em grupos que estão discutindo e agindo na preparação da Constituição.
- Melhorar a comunicação a nível nacional.
- Participar no Movimento "Comité pró-Constituinte", particularmente no grupo que trabalha sobre "Menor e Constituinte".
- Articular o Movimento com outros grupos ou movimentos populares.
- Usar mais os meios de comunicação ou divulgação já abertos para o Movimento: Revista Retrato do Brasil, jornais, rádios, TV, publicações locais...
- Formar um grupo de trabalho com pessoas técnicas nas áreas que favorecem o trabalho com o menor, a fim de assessorar na elaboração da filosofia do Movimento e na preparação de seminários.
- Pensar e elaborar formas de participação dos meninos no Movimento a nível local, regional e nacional, aproveitando e canalizando o anseio e capacidade que manifestam de participar, discutir e se organizar.
- Formar, a partir do Encontro Nacional de Meninos, uma Comissão Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

A partir da leitura da proposta de pauta do ENCONTRO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA achou-se melhor que:

- Os meninos sejam distribuídos nas barracas por delegações, a fim de facilitar o acompanhamento dos responsáveis.
- O Mini-plenário seja de 40 meninos.
- Os grupos sejam de até 10 meninos.
- Haja um secretário para cada grupo de 40 meninos.
- Os trabalhos acabem no dia 27, deixando a visita a Brasília para o 28.
- Seja feita uma exposição aberta com cartazes e artesanato produzido pelos meninos.
- Haja uma pessoa para animar o lazer, em cada grupo de 40 meninos.
- Sejam preparadas músicas adequadas para animação.



Encerrado o assunto, procedeu-se à ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO REGIONAL CENTRO-OESTE NA COMISSÃO NACIONAL. Foram escolhidos:

- Pe. Carlos Rey Estremera (Campo Grande)
 - Benedito Rodriguez dos Santos (Goiânia)
- e como suplentes:
- Wanderley Dias Guerra (Cuiabá)
 - Eriovaldo Couto Queiroz (Campo Grande)

A COMISSÃO REGIONAL CENTRO-OESTE ficou constituída

por:

- Benedito Rodriguez dos Santos (Goiânia)
 - Pe. Carlos Rey Estremera (Campo Grande)
 - Eriovaldo Couto Queiroz (Campo Grande)
 - Sandra Coenga (Cuiabá)
 - Eulange de Souza (Goiânia)
- e como suplentes:
- Sueli Terezinha de Abreu Rosato (Campo Grande)
 - Edson Bosco de Almeida (Cuiabá)
 - Luis Mauro Silva (Goiânia)

Ao tratar da LEGALIZAÇÃO DO MOVIMENTO, chegou-se às seguintes conclusões:

- Não temos clareza sobre as várias maneiras de legalização e qual seria mais conveniente.
- Aceitamos a legalização provisória do Movimento.
- Parece conveniente a legalização definitiva, mas: é prudente esperar a Nova Constituição e precisa ter muito cuidado na elaboração dos artigos do Regimento, a fim de evitar a institucionalização e a estruturação rígida do Movimento.

Eu, Carlos Rey Estremera, secretariei a reunião e lavei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Campo Grande, 11 de Maio de 1986.